

Jornal do(a) Professor(a)

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO XII- Nº 85 - FEVEREIRO DE 2024

 @adufgsindicato

NEM TUDO SÃO FLORES

Páginas 8 e 9



INFRAESTRUTURA

CAMPUS DA UFG
EM APARECIDA DE
GOIÂNIA ENFRENTA
PROBLEMAS

Página 6

PROIFES-FEDERAÇÃO

NOVA DIRETORIA
QUER MAIS
PROTAGONISMO
NAS DISCUSSÕES
NACIONAIS

Páginas 7

CONAE 2024

APROVADO
DOCUMENTO
COM PROPOSTAS
PARA O NOVO
PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO

Página 13

TRAJETÓRIA

CONHEÇA A
HISTÓRIA DO
PROFESSOR
ELIAS NAZARENO

Página 16

Prestação de contas

Julho de 2023

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	426.467,16
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	75.773,40
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.286,57
1.4	Receitas Financeiras	33.769,34
1.5	Outras Receitas	0,00
1.6	Resgate de aplicações financeiras	28.001,18
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	898,50
Total R\$		564.399,15

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	104.604,85
2.1.2	Encargos Sociais	53.152,40
2.1.3	Seguro de Vida	654,53
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	5.000,16
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	74.511,37
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.216,10
Total R\$		239.898,15

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.857,34
2.2.2	Despesas com Correios	1.166,28
2.2.3	Energia Elétrica	1.438,57
2.2.4	Honorários Advocáticos	15.425,67
2.2.5	Honorários Contábeis	5.250,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	320,00
2.2.7	Serviços Gráficos	0,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.161,39
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.816,07
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	614,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	0,00
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	81,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.345,44
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	693,60
Total R\$		37.169,53

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	8.940,61
2.3.2	Despesas com Tâxi	53,87
2.3.3	Despesas com Coral	3.051,26
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	447,00
2.3.5	Diárias de Viagens	3.626,70
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.481,64
2.3.7	Lanches e Refeições	3.207,59
2.3.8	Sextart	12.908,72
2.3.9	Patrocínios e Doações	12.320,79
2.3.10	Manutenção de Veículos	9.291,17
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	10.000,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	2.084,06
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	3.420,05
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	12.102,14
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.870,65
2.3.17	Material de expediente	1.221,12
2.3.18	Outras despesas diversas	2.975,28
2.3.19	Manutenção e Conservação	14.419,62
2.3.20	Homenagens e Condecorações	640,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	6.177,78
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.992,88
2.3.22	Despesas com Sede Cidade de Goiás	1.677,88
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	8,42
2.3.24	Sabadart Sd. Adm. Jataí	660,07
2.3.25	Sabadart Sd. Adm. Catalão	300,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	16.443,66
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		131.322,96

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	4.568,82
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	665,89
Total R\$		5.234,71

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifes Federação	28.012,57
Total R\$		32.860,57

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	446.485,92
3 Resultado do exercício 07.2023 (1-2)	117.913,23

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	2.000,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	6.213,04
4.1.6	Outras Imobilizações	4.588,65
Total R\$		12.801,69

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	60,00
Total R\$		60,00

Total Geral dos Investimentos R\$	12.861,69
5 Resultado Geral do exercício 07.2023 (3-4)	105.051,54

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.

EDITORIAL

ANO NOVO, PROBLEMAS ANTIGOS E POUCOS RECURSOS

Passado o primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é possível perceber que muito se avançou quando se trata do diálogo com as entidades que representam os servidores públicos e a educação como um todo. No entanto, apesar dos acenos positivos, alguns desafios ainda persistem.

Em relação ao reajuste salarial para 2024, a proposta do governo não agradou e foi rejeitada por não contemplar plenamente todos os envolvidos na luta pela valorização profissional e por uma vida com melhor qualidade, especialmente diante das consequências da inflação ao longo dos anos em que os salários dos servidores públicos ficaram congelados.

No ano passado, na reta final das atividades do Legislativo, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orçamentária Anual com alguns cortes no orçamento das instituições federais de ensino. O projeto enviado pelo governo destinava o montante de, aproximadamente, R\$ 6,2 bilhões para a manutenção do ensino superior público, mas o valor aprovado foi menor. A diferença (para menos) é de mais de R\$ 300 milhões.

O Jornal do(a) Professor(a) conversou com dirigentes das três universidades federais localizadas em Goiás para entender o impacto da redução orçamentária na realidade de cada uma delas. Nas três instituições (UFG, UFCat e UFJ), de acordo com seus representantes, a situação é preocupante. Na edição 85, a publicação também apresenta uma reportagem especial sobre a Conferência Nacional de Educação (Conae) e uma entrevista exclusiva com os professores Wellington Duarte e Flávio Silva, eleitos presidente e vice-presidente da Proifes-Federação. Também estão disponíveis notícias do movimento sindical, bem como artigos de opinião.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



20ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Geci Silva
Diretor Presidente

Luciene Dias
1ª Vice-presidenta

Luís Contim
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Gláucia Carielo
Diretora secretária

Tatiana Fiuza
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Flávio Silva
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educação e de Carreira

Romualdo Pessoa
Diretor Financeiro

André Geyer
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Ana Kratz
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Geovana Reis
Diretora de Relações
Interinstitucionais

Jornal do(a) Professor(a)

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XII - Nº 85

FEVEREIRO DE 2024

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Guilherme de Andrade
Reportagem

Yasmin Ramos
Reportagem

Fotografias: Nilma Ayumi

Diagramação: Raphael Dourado

Data de fechamento: 14/02/2024

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](https://www.instagram.com/adufgsindicato)

www.adufg.org.br



Frei Marcos Sassatelli

Frade dominicano, Doutor em Filosofia (USP) e em Teologia Moral (Assunção - SP), professor aposentado de Filosofia da UFG

Como professor de Filosofia aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) - com muita honra - uno-me aos estudantes, funcionários e funcionárias, professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras da UFG nas homenagens prestadas à Universidade pelos seus 63 anos de existência.

Não pude estar fisicamente presente na sessão solene da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), proposta pela deputada Bia de Lima (06/12/23) e da Câmara Municipal de Goiânia (14/12/23: dia do aniversário à noite), mas estou unido a todos e todas vocês. A UFG merece!

Na sessão solene da Câmara Municipal de Goiânia, a reitora Angelita Pereira de Lima, em seu discurso, lembra-nos que a Instituição “mesmo sendo uma Universidade jovem, figura entre as mil melhores do mundo em todos os rankings”. E conclui: “Temos muito que comemorar e celebrar e, principalmente, muito a agradecer à Comunidade externa” (O Popular, 15/12/23, p. 20). No artigo “A UFG nasceu para ser de Goiás”, a reitora escreve: “Em 2023, a UFG posicionou-se nos principais rankings internacionais entre as 5% maiores e melhores do mundo” e “está entre as 20 melhores do país” (Ib., 20/12/23, p. 3).

Como eterno aprendiz de filósofo - em homenagem à UFG pelos seus 63 anos de existência - coloco para nossa reflexão (no breve espaço de um artigo) uma questão que considero de fundamental importância, sobretudo hoje, na vida das Universidades: a questão da “não-neutralidade” ou da “não possibilidade da indiferença política” da ciência.

Embora essa questão refira-se a todos os momentos do processo do conhecimento - comum (a maioria dos nossos conhecimentos, mesmo dos cientistas, são do conhecimento comum), científico, filosófico e teológico - devido ao extraordinário desenvolvimento das Ciências - ela é particularmente sentida e debatida quando se trata do conhecimento científico.

Em sentido amplo, conhecimento científico é todo conhecimento metódico e sistemático; em sentido estrito, é o conhecimento metódico

e sistemático que se fundamenta na observação rigorosa e na verificação experimental dos fatos ou fenômenos. O objeto do conhecimento científico pode ser a realidade natural (o mundo material e vivente) e/ou a realidade humana (o mundo especificamente humano). O sujeito do conhecimento científico é sempre o ser humano.

Portanto, do ponto de vista do objeto do conhecimento, podemos distinguir as Ciências em “Ciências naturais” e “Ciências humanas”; do ponto de vista do sujeito do conhecimento, todas as Ciências são “Ciências humanas”.

À postura da chamada “neutralidade científica” podemos fazer uma “crítica externalista” e uma “crítica internalista”.

A “crítica externalista” procura revelar os mecanismos que condicionam externamente a prática científica. “Esse tipo de crítica, que investiu contra a concepção ingênua, segundo a qual a ciência seria um produto do espírito desligado das situações socialmente determinadas, tem mostrado que as ideias científicas partem necessariamente de um contexto social, são favorecidas ou entravadas por ele, mas, de qualquer forma, dependem dele como contexto de gênese, como o solo do qual brotam. Com mais ênfase, esse tipo de crítica tem mostrado que a atividade científica não se esgota em puro conhecimento, pura ideia, mas retorna ao meio social na forma concreta de utilização prática de seus resultados. Dessa maneira, a crítica à neutralidade científica situa a atividade científica no contexto social mais amplo mostrando que ele é, ao mesmo tempo, o contexto de gênese e de utilização do conhecimento científico” (MENDONÇA, W. Sobre a Neutralidade Científica, em “Encontros com a Civilização Brasileira”, 12 (1979) 226. Cf. também: JAPIASSU, H. O mito da neutralidade científica. Imago, Rio de Janeiro, 1975.).

A “crítica externalista” à “neutralidade científica” é “muito sensível aos aspectos institucionais da prática científica, frequentemente deixados de lado pelo discurso da Filosofia da Ciência”. Ela contribui “para orientar uma ação política a respeito da ciência” e representa “um verdadeiro progresso para

HOMENAGEM AOS 63 ANOS DA UFG

a compreensão das implicações sociais do conhecimento científico” (Ib.). Não consegue, porém, vincular definitivamente conhecimento científico e sociedade, negando, assim, a possibilidade da neutralidade científica.

A “crítica internalista” à neutralidade científica - mesmo reconhecendo a importância da crítica ideológica ao contexto social de gênese e de utilização do conhecimento científico - estende esta mesma crítica ao contexto específico da prática científica, isto é, ao espaço interno da ciência.

Ela mostra que “antes de qualquer aplicação específica do conhecimento, há uma ligação profunda entre o projeto científico e o projeto social. Uma tentativa neste sentido exige que o universo do discurso científico, por um lado, e o universo da palavra e da ação correntes, por outro lado, sejam postos em correspondência como regidos pela mesma lógica. Segundo este modo de ver as coisas, as regras que definem as práticas sociais operam também nas abstrações do conhecimento científico, isto é, operam internamente no discurso da Ciência. Somente assim resulta eliminada a separação entre conhecer e valorar, ou entre saber e agir; numa palavra, somente assim mostra-se que o conhecimento científico é fato político” (Ib., p. 229).

Falamos aqui do conhecimento científico como atividade humana e não dos produtos materiais obtidos através dele (exemplo: o computador). Estes, enquanto formulações acabadas das teorias científicas, são os resultados finais da pesquisa científica, ou seja, de todo o processo do conhecimento científico e não têm conotação político-ideológica (Cf. Ib., p. 227-228).

Por fim, podemos dizer que - na Filosofia da Ciência - todas as ciências ganham um sentido mais profundo e mais humano.

“ COMO ETERNO APRENDIZ DE FILÓSOFO - EM HOMENAGEM À UFG PELOS SEUS 63 ANOS DE EXISTÊNCIA - COLOCO PARA NOSSA REFLEXÃO (NO BREVE ESPAÇO DE UM ARTIGO) UMA QUESTÃO QUE CONSIDERO DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA, SOBRETUDO HOJE, NA VIDA DAS UNIVERSIDADES: A QUESTÃO DA “NÃO-NEUTRALIDADE” OU DA “NÃO POSSIBILIDADE DA INDIFERENÇA POLÍTICA” DA CIÊNCIA. ”





Emiliano Lobo de Godoi

Professor da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás

Há mais de 10 mil anos, com o domínio de atividades como a agricultura e a domesticação de animais para pecuária, as aglomerações humanas em espaços fixos passaram a ser o modelo de vida predominante. A verticalização e o adensamento dos grandes centros urbanos é um fenômeno global e sem volta. Com 86% da população vivendo em cidades, esses processos são consequências naturais em nosso país. E isso não é uma má notícia e não é um tema novo. Pelo contrário.

Desde 1961, a escritora norte-americana Jane Jacobs já destacava em sua obra clássica "Morte e Vida de Grandes Cidades", as vantagens de um desenvolvimento urbano compacto, tais como a segurança pública, economia de mercado, mobilidade urbana e, também, para o meio ambiente. Ter a residência, o trabalho, o comércio e o lazer em diferentes lugares é favorecer o império do carro, a redução do bem-estar da população, a degradação ambiental e a segregação da sociedade.

Em um trabalho do Instituto Potsdam de Pesquisas sobre Impacto Climático da Alemanha, publicado em 2019 pela Nature Communications, foi verificado que a elevação de 1% na densidade de uma localidade com 10

mil habitantes está associada a uma diminuição das emissões de dióxido de carbono de 0,42%. Entretanto, o adensamento e a verticalização urbana não são apenas construir mais prédios em uma região. Para que isso ocorra de maneira adequada é necessário um rigoroso e integrado planejamento urbano. Basta saber contar

Transformar quarteirões de casas sem estruturar as calçadas, as ciclofaixas e o transporte público é promover o caos nas vias públicas. É lançar um expressivo número a mais de carros em ruas que não foram

“TRANSFORMAR QUARTEIRÕES DE CASAS SEM ESTRUTURAR AS CALÇADAS, AS CICLOFAIXAS E O TRANSPORTE PÚBLICO É PROMOVER O CAOS NAS VIAS PÚBLICAS. É LANÇAR UM EXPRESSIVO NÚMERO A MAIS DE CARROS EM RUAS QUE NÃO FORAM DIMENSIONADAS PARA ISSO.”

BASTA SABER CONTAR

dimensionadas para isso. Construir prédios em regiões de casas sem considerar e planejar o significativo aumento de resíduos sólidos a serem gerados é entupir o espaço público com containers de lixo. Basta saber contar.

Aumentar a geração de esgoto em mais de 15 vezes sem a devida ampliação da rede coletora é desconsiderar o alto risco de acidentes com consequências gravíssimas para toda a sociedade. Impermeabilizar os solos sem estabelecer estratégias que favoreçam a infiltração de água e a redução do escoamento superficial é favorecer as inundações cada vez mais frequentes em tempos de mudanças climáticas. Basta saber contar.

Assim, o necessário adensamento urbano, para que gere seus esperados efeitos benéficos, deve vir atrelado a um olhar sistêmico e planejado das cidades. Não pode ser fruto de uma cabeça só e, tampouco, desconectado da qualidade de vida da população. Uma cidade é um organismo vivo e dinâmico, que não deve ser tratado quarteirão por quarteirão, assim como a catapora não pode ser tratada ferida por ferida. Temos que pensar no todo antes de agir em partes. Para isso, basta saber contar.

PELA JUVENTUDE, PELO BRASIL

De grande significância e uma das principais ferramentas para melhorar a competitividade nacional e as condições de vida humana, a educação profissional e tecnológica pode fazer muito mais do que refletir na retomada do crescimento econômico. Ela é considerada um meio de geração de oportunidades e renda para profissionais, sobretudo para a parcela jovem, que está chegando ou conquistará, em breve, posições no mercado de trabalho.

O olhar voltado para o ensino profissionalizante se torna ainda mais importante quando se fala em transformação no mundo do trabalho e profissões futuras, pois é preciso pensar na qualificação técnica.

As tecnologias digitais, como internet e inteligência artificial, levam à previsão de profissões vindouras e já estão mudando completamente o segmento de outras, do planejamento ao produto final.

Neste cenário, a juventude, tida como o futuro da nação, precisará ter capacidade de criação, interpretação e formação técnica profissionalizante para atuar em um moderno e complexo mercado. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem permitido maior atuação dos jovens no mercado, concedendo a eles o passe para a construção de seus futuros,

possibilitando a escolha da profissão que melhor responda aos seus anseios ou perfis.

Investir em educação profissional é ampliar as condições para a largada do crescimento nacional e das pessoas, sobretudo os jovens de maior vulnerabilidade. A educação profissionalizante se configura para eles o primeiro passo para um plano de carreira, que não exclui a conquista de uma formação superior. Um técnico, além de alcançar uma rápida inserção no trabalho, responde de imediato às demandas específicas do setor produtivo.

Em Goiás, temos uma vasta lista de

“AS TECNOLOGIAS DIGITAIS, COMO INTERNET E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, LEVAM À PREVISÃO DE PROFISSÕES VINDOURAS E JÁ ESTÃO MUDANDO COMPLETAMENTE O SEGMENTO DE OUTRAS, DO PLANEJAMENTO AO PRODUTO FINAL.”

Aletheia Cruz

Diretora de Desenvolvimento e Avaliação do Centro de Educação, Trabalho e Tecnologia da Universidade Federal de Goiás



curso de capacitação, qualificação profissional e formação técnica voltada para o futuro do trabalho, e no Brasil diversos estímulos para o desenvolvimento de jovens, por meio dessa modalidade de educação. Pode-se citar como exemplos as competições técnicas, torneios de games e campeonatos de robótica, que têm colocado nossos futuros profissionais no mesmo nível de nações mais desenvolvidas.

Discutir o avanço, legislação, tendências, resultados e exemplos foi o objetivo central do 1º Congresso de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás (EPT), em Goiânia. O evento foi um ganho para toda a sociedade goiana, ao unir educação com ciência e tecnologia em prol do fortalecimento da EPT do estado.

De 8 a 10 de novembro, os setores educacional e empresarial estiveram reunidos e conectados a ideias e saberes, discussões e reflexões de conhecimentos e experiências sobre o assunto, visando a construção de uma agenda que incentive essa modalidade de formação profissional e dissemine seus benefícios aos setores produtivo e social. O congresso tratou de questões do futuro e as políticas públicas que precisam ser desenvolvidas para que esse segmento continue a crescer e a levar prosperidade ao país.



Contexto

Movimento Sindical, Articulação Docente, Conjuntura Política, Carreira, Jurídico, Cultura.

Por Luciene Dias

SAÚDE

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) renovou contrato com a Unimed Goiânia para a oferta de assistência médica para filiados e dependentes. O reajuste que apareceu em dezembro já impactou a categoria, que deve ficar atenta para continuar a busca por garantir saúde de qualidade para a base sindical.

ENEM

A região Centro-Oeste é a que teve o pior desempenho no mapa com as notas mil do Enem 2023. Uma redação com tema sobre o trabalho do cuidado, lugar destinado majoritariamente a mulheres, negras e empobrecidas, não conseguiu reduzir o muro que separa as alteridades de quem busca acesso à universidade pública e quem sequer sabe que esta é uma opção.

ENSINO

As quatro redações nota mil no Centro-Oeste são de Goiás. Um número baixíssimo se comparado às 25 redações do Nordeste. Será esse um reflexo de um modelo de ensino que não tem alcançado as complexidades da vida? Docentes que somos, precisamos trazer a questão para o debate público.

OPORTUNIDADE

A UFG subiu sete posições no Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE) 2023. A Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior) é quem elabora a lista considerando estímulo e apoio às atividades de empreendedorismo e negócios em contexto acadêmico. Oportunidade ímpar para que a UFG planeje melhorar as condições de trabalho também de seu corpo docente.

PRODUTIVISMO

O corpo docente das Universidades Federais de Goiás – UFG, UFJ e UFCat – tem clamado pela retomada de um modelo de universidade que provoque cisão com o chamado produtivismo acadêmico. O adoecimento e a concorrência sem sentido têm sido uma sombra que abala o cotidiano do trabalho e falar disso com seriedade é urgente.

NUTRIÇÃO

O projeto “Nutrição em Dia” é um dos destaques do Espaço Saúde do Adufg-Sindicato. A iniciativa é da Faculdade de Nutrição da UFG (FANUT-UFG) e o foco está em questões como alimentação saudável, exercícios físicos e saúde mental. Hora de aprender para viver melhor.

Sucateamento

São muitos os espaços sucateados na UFG. Salas de aula sem estrutura para os encontros; laboratórios com equipamentos e programas que não funcionam; gabinetes de docentes com mofo, infiltração e sujeira; uma grande quantidade de espaços vazios há anos. Enfim... Perceber o sucateamento pode ajudar a gestão a trabalhar para restaurar a dignidade no trabalho docente.



NORMALIDADE

Com um período de férias após o semestre entrecortado pelas festas de fim de ano, docentes das Universidades Federais de Goiás anseia para o momento em que o calendário acadêmico seja ajustado ao calendário anual. Medida necessária para quem está dentro e fora da universidade e busca sinais de normalidade mínima pós-pandemia.

ASSÉDIO

Avaliações institucionais não podem se transformar em espaço para perseguição de quem está a serviço das universidades federais de Goiás. Além de divulgar a relevância da avaliação, talvez fosse necessária uma campanha de conscientização direcionada a quem ocupa cargos de gestão para que entendam que também são passíveis de avaliação no serviço público.

UFJ

A Universidade Federal de Jataí (UFJ) concluiu, na virada do ano de 2023, o processo de nomeação dos 67 cargos Técnico-Administrativos em Educação, essenciais para sua estruturação e emancipação. Esperança que renasce para a conquista de qualidade no trabalho e entrega de ensino de qualidade.



UFCAT

Uma das grandes iniciativas da Universidade Federal de Catalão (UFCat) em 2023 foi a publicação do “Guia Lilás” com orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal, em sua página na internet. Medidas como essa aproxima pessoas vitimizadas pelo assédio da possibilidade de combater esse mal presente no serviço público.

O AMOR

O Adufg-Sindicato é parceiro da 15ª Mostra de Cinema O Amor, a Morte e as Paixões, idealizado e conduzido pelo professor Lisandro Nogueira e que já é uma tradição goianiense no período carnavalesco. A cortesia para docentes filiados possibilita acesso a uma programação com mais de 70 filmes exibidos e debatidos entre os dias 1º e 14 de fevereiro de 2024 no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia.

A MORTE

Uma ameaça de morte à cidadania! Assim pode ser interpretada uma lei sancionada pelo governo de Goiás que obriga mulheres grávidas a ouvir os batimentos do feto antes de realizar um aborto. Além da inconstitucionalidade, completo desconhecimento dos processos de legalização do aborto e ignorância acerca da parentalidade.

AS PAIXÕES

A “Mesa dos encontros Arte, Infâncias e Diferenças - ensaios com a docência” mobilizou paixões no teatro do Centro Cultural da UFG no fim de janeiro. A conversa foi conduzida pelo escritor, professor, ator e ativista indígena brasileiro originário do Povo Munduruku, Daniel Munduruku; pela mestra e pesquisadora Daya Gomes, da Secretaria Estadual de Educação de Goiás; e pelo produtor cultural Thiago Santana.

HÁ SEIS MESES EM FUNCIONAMENTO, CAMPUS DA UFG EM APARECIDA DE GOIÂNIA ENFRENTA PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE ACADÊMICA GARANTE ALGUNS AVANÇOS MAS TAMBÉM SOFRE COM RECLAMAÇÕES ANTIGAS

Guilherme de Andrade

O campus Aparecida de Goiânia da Universidade Federal de Goiás (UFG) entrou em funcionamento em setembro de 2023. Antes, os cursos que compõem a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) funcionaram por quase dez anos de forma provisória nas instalações da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Ou seja, centenas de estudantes se formaram na UFG sem conhecer as instalações da própria instituição.

Apesar do pouco tempo de funcionamento, o novo campus já tem sido alvo de diversas queixas por parte de professores, técnicos e estudantes. Entre as principais, estão o mau funcionamento da rede de internet, a logística do transporte público, a inconsistência no fornecimento de comida, questões estéticas e o atraso na instalação de equipamentos.

A reportagem do Jornal do(a) Professor(a) visitou o local em janeiro de 2024 para verificar de perto os problemas. Um docente da unidade, que preferiu não se identificar, conversou com a equipe e compartilhou algumas insatisfações recentes. Segundo a fonte, equipamentos já entregues ainda não foram instalados, o que dificulta o desempenho das atividades da comunidade acadêmica. Ele também reclamou da irregularidade da conexão de internet. “As melhoras estão em slow motion”, lamentou.

No local, a reportagem flagrou entulhos em corredores ou nas escadas e laboratório novos inoperantes. Além disso, foi constatado que o espaço de alimentação passa boa parte do tempo fechado, uma vez que o campus faz uso de um espaço improvisado que serve café da manhã e almoço em horários

específicos. “Se você chegar atrasada, por exemplo, você fica sem opção”, relatou uma estudante ouvida no local.

Entre os alunos, uma das principais reclamações está relacionada ao acesso ao campus por meio do transporte coletivo. No início, os ônibus da linha 555 saíam do Terminal Araguaia e do próprio campus em horários muito pontuais, como no início da manhã, no horário de almoço e mais próximo do fim da tarde. Essa dinâmica se mostrou improdutiva para estudantes que, por exemplo, tinham aula apenas na metade da manhã ou na metade da tarde, tornando o espaço inacessível. Agora, após negociações com a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), existem horários intermediários para a linha.

Atualmente, o campus Aparecida de Goiânia abriga os cursos de Engenharia de Transportes, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção e Geologia. O local também oferece dois programas de mestrado. No total, são mais de 630 estudantes e cerca de 95 servidores que frequentam o espaço.

Outro lado

A reportagem entrou em contato com a direção da FCT para saber se há previsão para que os problemas sejam solucionados. Apesar de reconhecer que “as condições não são as ideais”, o diretor da unidade, professor Júlio César Valandro, destacou a conquista das condições básicas para operação e os indicativos de uma melhora gradual. “O campus Aparecida de Goiânia tem se fortalecido e ganhando cada vez mais consolidação”, afirmou.

Sobre a situação da internet, o diretor Valandro explicou que o material disponível anteriormente deixava a desejar, mas que novas máquinas que auxiliam na questão estão prontas para serem instaladas. “Em duas semanas, nós já vamos ter um sinal muito melhor, e chegarão mais equipamentos que vão melhorar ainda mais”, garantiu.

No momento, segundo o docente, a prioridade da gestão é a construção de um restaurante ou cantina, já que a FCT ainda não conta com estrutura permanente para alimentação. Valandro afirmou que já houve sinalização positiva por parte da Reitoria da UFG para angariar recursos para construção de uma estrutura neste sentido. “Está no horizonte”, garantiu o gestor.

Para além dos reparos necessários, há previsão de crescimento. Valandro conta que existem tratativas para criação de uma quinta graduação, de um terceiro programa de mestrado (já aprovado pela Capes), além das negociações para criação de um complexo multiuso, com espaço poliesportivo, na unidade.

Histórico

O prédio do campus Aparecida de Goiânia começou a ser construído em 2015 e a obra foi finalizada em setembro de 2018. A ocupação inicial, prevista para 2019, precisou ser adiada por falta de estruturas básicas externas à universidade, como rede de água e energia. Entre 2018 e 2023, foram feitas negociações com poderes oficiais a fim de garantir tais instalações. Em setembro de 2023, o novo campus finalmente foi ocupado.



Foto: Nilma Ayumi / ADUFG-Sindicato

“Parece um campus provisório”, lamentou um dos docentes ouvidos.

NOVA DIRETORIA QUER DAR CADA VEZ MAIS PROTAGONISMO À PROIFES-FEDERAÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS DOS DOCENTES

WELLINGTON DUARTE, DO RIO GRANDE DO NORTE, E O GOIANO FLÁVIO SILVA ASSUMIRAM OS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA ENTIDADE

Guilherme de Andrade
& Rafael Vaz

Promover a defesa intransigente dos direitos da categoria docente e se fazer presente nas discussões nacionais e internacionais sobre educação: Estes são alguns dos principais objetivos da nova diretoria da Proifes-Federação para os próximos três anos. O Jornal do(a) Professor(a) conversou com os professores Wellington Duarte (Adurn-Sindicato) e Flávio Silva (diretor administrativo do Adufg-Sindicato) eleitos – respectivamente –, presidente e vice-presidente da entidade para saber as perspectivas para o triênio 2024-2027.

Os novos dirigentes foram escolhidos por meio de votação entre membros do Conselho Deliberativo (CD), que é formado por membros indicados pelos sindicatos federados. Também disputaram os cargos os professores Raquel Nery (Apub) e Enio Pontes (Sind-Proifes). “Os próximos três anos têm tudo para ser uma transição entre uma entidade que estava se constituindo politicamente e uma Federação que vai, a partir de agora, ter um protagonismo ainda mais positivo”, avalia o novo presidente.

Wellington ressaltou, ainda, que a Proifes será pautada pelo diálogo sem sectarismo. “São condutas que guiarão o nosso mandato em todas as suas perspectivas”, reforçou o presidente. Flávio, por sua vez, destacou que o processo de escolha dos novos dirigentes reforçou o espírito democrático da entidade e garantiu total isonomia entre os sindicatos federados. “É fundamental estarmos juntos para fazer com que a Federação cresça e tenha ainda mais destaque no movimento sindical”, assegurou.

Nas entrevistas, os docentes também reforçaram a importância da articulação do movimento sindical em todas as áreas dos serviços públicos, seja a nível nacional ou internacional. As relações construídas com a Internacional da Educação na América Latina (IEAL), com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) foram alguns exemplos dados de boas práticas de articulação a serem seguidas.

“Precisamos ampliar, cada dia mais, nossas parcerias. Somente assim, o movimento sindical será, de fato, ouvido e terá suas pautas devidamente atendidas”, disse Wellington.

Reajuste salarial

Os novos gestores também abordaram uma das principais demandas da cate-



Foto: Arquivo Proifes

“O que resta à espera da nossa gestão, é a postura republicana e o interesse em fazer o consenso”, sintetizou Wellington.

goria: o reajuste salarial. Considerando-se as perdas acumuladas dos últimos anos, que somam mais de 30%, o professor Flávio sintetiza: “A nossa categoria está sem paciência, porque é muito tempo com uma defasagem alta”.

Apesar da proposta de aumento nos auxílios alimentação, creche e saúde, e da previsão de reajuste para 2025 e 2026 apresentadas pelo Governo Federal, os novos dirigentes da Proifes se mostram incertos quanto a campanha salarial de 2024. “É muito complicado hoje conseguir reajuste linear por uma questão orçamentária”, resumiu Wellington.

O presidente eleito explica que o atual contexto político favorece o diálogo. Apesar da composição conservadora do Congresso Nacional, a atual gestão do Executivo abre espaço para discussões caras à classe dos docentes. Assim, existem duas linhas principais de atuação para o próximo exercício: a luta pelo reajuste linear com todos os servidores públicos federais e as negociações de carreira feitas em mesas específicas.

“Nós temos que recuperar a defasagem salarial que os professores e as profes-

soras das universidades federais amargam nos últimos anos”, concluiu Flávio.

20 anos de história

Em 2024, a Proifes completa 20 anos de sua fundação, ainda enquanto fórum, em outubro de 2004. Ao longo dos anos, a entidade esteve envolvida em diversos movimentos de repercussão nacional. As negociações para criação da classe de Associado, em 2006, a conquista da paridade entre ativos e aposentados, em 2007, e a criação das carreiras de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em 2008, são apenas alguns exemplos de conquistas.

Para além das lutas da classe dos docentes das IFES, a Proifes se envolve com diversas questões políticas de relevância nacional. Desde a participação na fundação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), passando pela mobilização contra as Reformas da Previdência e Administrativa, até os desafios impostos pela pandemia do Coronavírus: a Federação se faz atuante nas questões sociais mais relevantes à educação.

MESMO COM ACENOS DO GOVERNO, ORÇAMENTO PARA UNIVERSIDADES FEDERAIS SOFRE NOVA REDUÇÃO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA ESPERAM POR RECOMPOSIÇÃO

NÃO HOUE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA CAPITAL DE INVESTIMENTO NA LOA DE 2024; UFCAT E UFJ INICIAM O ANO COM CONTAS NO VERMELHO

Guilherme de Andrade

Em dezembro de 2023, na reta final das atividades do Legislativo para aquele ano, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 com alguns cortes no orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O projeto enviado pelo Executivo destinava o montante de, aproximadamente, R\$ 6.268 bilhões para manutenção do ensino superior público, entretanto, o valor aprovado foi de R\$ 5.957 bilhões. São aproximadamente R\$ 310 milhões a menos neste orçamento, que já era menor que o do ano anterior.

Em nota oficial, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), entidade representativa que reúne 69 universidades e dois centros federais de educação tecnológica, repudiou o novo corte, que se soma ao que chamaram de “redução sistemática dos recursos destinados para funcionamento e investimento” das IFES.

A Andifes destacou a atuação das universidades federais na produção de ciência, conhecimento e tecnologia no país (principalmente durante a pandemia da

Covid-19) e, apesar da rede de ensino superior pública crescer (em estrutura, cursos, número de estudantes, relevância social...), o orçamento para sua manutenção e aprimoramento tem visto quedas consecutivas.

Pensando em 2024, a Andifes tem pedido um acréscimo de, no mínimo, R\$ 2.5 bilhões ao montante já anunciado. “Com o intuito de assegurar o cumprimento adequado da missão social, acadêmica e científica de nossas instituições, torna-se imperativo iniciar um processo sustentável e contínuo de reequilíbrio do orçamento das universidades federais”, concluíram.

UFG

Em entrevista, o pró-reitor de administração e finanças da Universidade Federal de Goiás (UFG), professor Robson Maia Geraldine, explicou que as reduções ocorridas nos anos anteriores se referem ao chamado “orçamento discricionário”. Essa cifra é destinada ao custeio das despesas cotidianas de manutenção do funcionamento da instituição, e ao capital para investimento, com o qual a universidade pode crescer, realizar reparos e se modernizar. Segundo o

gestor da pasta, a verba para pagamento de folha de pessoal e direitos trabalhistas, por exemplo, é contabilizada à parte.

Em conversa com o Jornal do(a) Professor(a), a reitora da instituição, professora Angelita Lima, celebrou o fato da instituição ter terminado o ano de 2023 com as contas em dia. “Algo inédito, ao menos nos últimos cinco anos”, compartilhou. Apesar do saldo aparentemente positivo, a docente afirmou que a situação ainda está longe do ideal. “Nós nos fizemos caber dentro desse orçamento”, explicou o malabarismo que levou aos resultados.

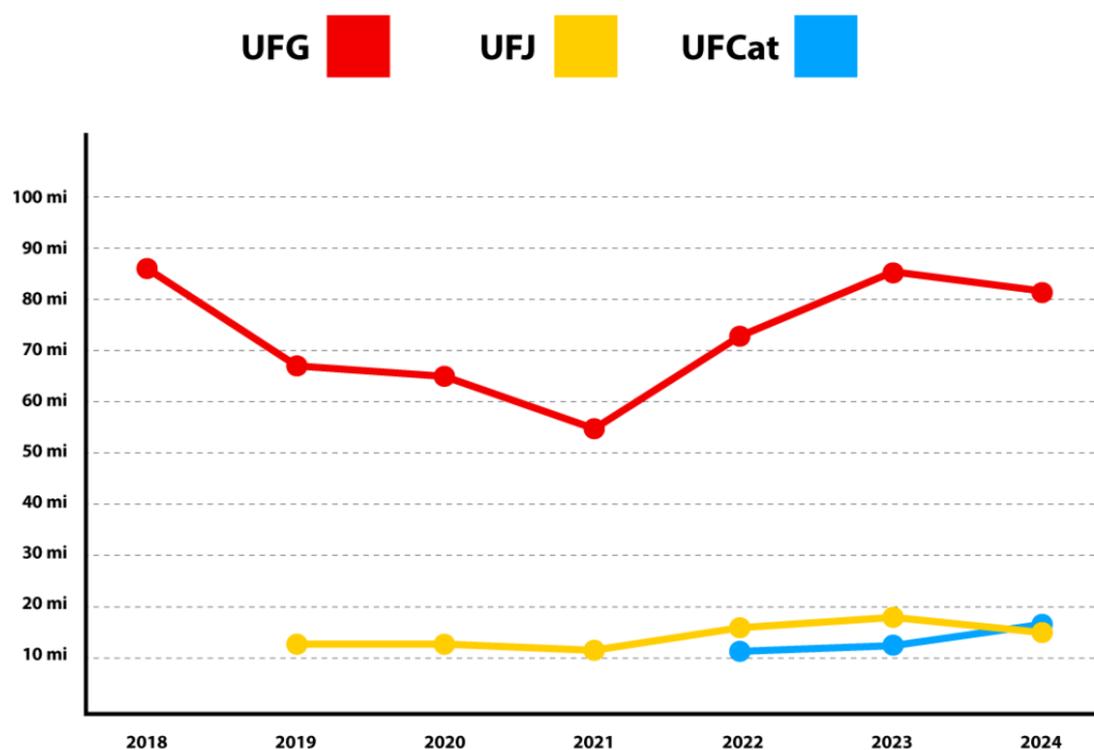
A gestora destacou que as quedas consecutivas no orçamento da universidade durante a última gestão do Governo Federal afetaram o cotidiano da instituição. “Menos limpeza, menos jardinagem... Também não temos conseguido atender demandas de acessibilidade”, exemplificou.

Em 2024, o orçamento aprovado garante fundos apenas para custeio. “O que nós podemos fazer de investimento, é com recurso que vem de captação de projetos, mas do governo foi zero investimento”, resumiu a reitora.



Foto: Nilma Ayumi / ADUFG-Sindicato

Atraso em contas de água e energia, redução no quadro de colaboradores terceirizados e manutenção insuficiente são algumas das consequências da redução no orçamento discricionário.



Observação: valores referentes a capital de investimento e custeio

A reitora da UFG reforçou a importância da captação de recursos fora do orçamento oficial, através, por exemplo, de projetos no parlamento e complementação da LOA.

Dados da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Proad) da UFG mostram que, de 2018 até 2021, foram feitos cortes sistemáticos na verba de custeio da instituição. Em 2018, foram cerca de R\$ 87 milhões, em 2019, R\$ 69 milhões, em 2020, R\$ 68 milhões, e em 2021, foram destinados R\$ 51 milhões à UFG para gastos discricionários. Em 2022, ano eleitoral, houve mudança no cenário: mais de R\$ 72 milhões destinados à instituição.

Para 2023, havia o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), também feito pelo governo anterior, que reservou quase R\$ 63 milhões, entretanto, houve suplementação pela atual gestão do Governo Federal levando o orçamento total daquele ano para R\$ 85 milhões. Em 2024, a UFG deve receber quase R\$ 82 milhões apenas como verba de custeio, já que existem expectativas que o aporte para investimento venha através do PAC da Educação.

“Se nós aplicássemos a correção pela inflação do orçamento deste ano sobre o orçamento de 2018, que foi de 87 milhões, nós teríamos com a correção em torno de R\$ 120 milhões”, Maia sintetizou a defasagem atual. Na sequência, o pró-reitor adverte que “o governo anterior fez com que o orçamento descesse muito, então é muito difícil fazer com que essa recomposição aconteça de uma hora para a outra”.

Apesar dos cortes contínuos, a UFG cresceu e com isso surge a necessidade de novos investimentos. Salas de aula no campus Goiás, restaurante universitário em Aparecida de Goiânia, reparos nos telhados e aprimoramento das Casas do Estudante são alguns exemplos de demandas não cobertas pelo orçamento em questão.

As apostas da reitora para que a UFG

consiga crescer e atender demandas antigas são duas: complementações na LOA de 2024, como aconteceu em 2023, e a captação de recursos fora deste orçamento através de emendas parlamentares. Angelita afirma que dezenas de projetos já foram apresentados tanto para a bancada da educação no Congresso, como também para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação. “Quando chegar o financeiro, nós vamos executar”, concluiu.

UFCat

Para além da redução sistemática no orçamento, a reitora da Universidade Federal de Catalão (UFCat), professora Roselma Lucchese, falou sobre outra situação que contribui para a deterioração do serviço prestado pela instituição: a ausência de verba para implementação efetiva das universidades criadas há pouco tempo. A UFCat – que funcionava como campus da UFG –, nasceu oficialmente em 2018, entretanto, não houve capital específico para implementação de uma nova instituição. A reitora sintetizou a situação: “Nós estamos funcionando hoje com o mesmo recurso que nós tínhamos enquanto campus”.

Pensando em 2024, a gestora explicou que os recursos financeiros disponíveis não atendem a UFCat. Além disso, segundo ela, “há uma dívida a pagar de 2023”. Atividades de limpeza, rotina de segurança, contas de água e energia são algumas das áreas mais afetadas, conforme revelou a docente.

O pró-reitor de finanças da UFCat, professor Heber Martins de Paula, reforçou as críticas feitas por Roselma sobre a ausência de capital para a implantação efetiva da universidade. Criação de novos cargos, construção de estruturas adequadas (tanto físicas

quanto virtuais) e ampliação da equipe de terceirizados foram algumas das atividades comprometidas pela falta de verba específica para a implantação da UFCat. “Estas dificuldades foram apresentadas reiteradas vezes ao MEC”, lamentou o gestor da pasta.

Pensando na questão orçamentária, pró-reitor relatou que a LOA deste ano reservou um valor de cerca de R\$ 16,1 milhões para gastos discricionários, entre custeio, capital de investimento e assistência estudantil. A título de comparação, as leis de 2023 e 2022, destinaram cifras na casa dos R\$ 15,2 milhões e R\$ 17,1 milhões, respectivamente. Dados da Pró-Reitoria de Administração e Finanças da UFCat mostram que os negativos de 2023 somados à previsão de déficit para 2024 resultam numa dívida estimada de R\$ 10 milhões, o que representa aproximadamente 62% do orçamento discricionário deste ano da UFCat.

Ao Jornal do(a) Professor(a), Heber reforçou a importância da captação de recursos fora da LOA. “Nos anos anteriores, foi possível o ajuste das contas em função de repasses de recursos extraordinários, sejam de emendas parlamentares ou TED realizados pelo MEC”, explicou. Seguindo o raciocínio – e diante das previsões para 2024 –, o pró-reitor explicou a necessidade de recomposição: “conforme projeções, os recursos previstos na LOA 2024 viabilizam o funcionamento da universidade somente até meados de 2024.”

A disputa por orçamento entre as universidades federais se mostra mais agressiva para as instituições mais jovens. “Falar de orçamento e colocar a gente no mesmo bolo, nas mesmas divisões, é nos penalizar duas vezes”, afirmou a reitora ao se referir à disputa de verba com instituições mais antigas. Apesar das previsões que indicam que já no segundo semestre a verba para gastos discricionários se mostre insuficiente, a reitora afirmou que “a universidade não pode parar”.

UFJ

A situação na Universidade Federal de Jataí (UFJ) também é preocupante. “O orçamento não é suficiente para tocar 2024, e a gente entra devendo parte de 2023”, sintetizou o reitor da instituição, professor Américo Nunes da Silveira.

Em entrevista, o gestor destacou o efeito negativo de sucessivas reduções no orçamento, além do peso da inflação do período, no cotidiano da universidade. “Nós temos reflexos de todos esses governos anteriores cortando, então não é só colocar no azul e está tudo resolvido. Houve sucateamento de muita coisa”, lamentou ao complementar: “totalmente insuficiente para a nossa realidade”.

Américo destacou, ainda, que a dívida herdada de 2023 quase alcança a marca dos R\$ 2 milhões. “Se isso se tornar crônico, começa a comprometer a qualidade de tudo”, resume.

O Jornal do(a) Professor(a) solicitou entrevista com representante da Pró-Reitoria de Administração e Finanças da UFJ, mas não houve disponibilidade até o fechamento desta edição.

CLUBE DE BIOLOGIA SINTÉTICA DA UFG DESENVOLVE PROJETO DE CREME PARA TRATAR XERODERMA PIGMENTOSO E CONQUISTA 2º LUGAR EM COMPETIÇÃO INTERNACIONAL

PROJETO IDEALIZOU UM CREME TERAPÊUTICO E PREVENTIVO JUNTO À COMUNIDADE DE ARARAS, EM FAINA, ONDE UM A CADA 40 HABITANTES É AFETADO PELA RARA CONDIÇÃO GENÉTICA

Yasmin Ramos

O clube de Biologia Sintética da Universidade Federal de Goiás (SynBio UFG), composto por alunos dos cursos de Biotecnologia e Biomedicina, uma biotecnologista e coordenado pelo professor do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (Iptsp), André Kipnis, desenvolveu um projeto de creme terapêutico para tratar a Xeroderma Pigmentoso (XP), uma rara doença genética, que garantiu o segundo lugar na competição internacional organizada pela Fundação iGEM, o SynBio Festival.

Guiado por uma série de desafios – partindo da taxa de inscrição, que era em dólar – o grupo concebeu o produto teórico, Ararasun, analisando as necessidades da população com XP na comunidade de Araras, distrito do município de Faina, localizado a 208 quilômetros de Goiânia. O estado de Goiás, local com a maior taxa de casos da condição genética no mundo, foi a peça chave na idealização que obteve reconhecimento em 12 das 15 categorias da premiação: a localidade. Conforme o professor André explica, o principal objetivo da competição é unir uma solução única – fora do normal – com uma questão local, ambiental ou social. Nesse sentido, o nascimento do AraraSun se deu na veia do cerrado e na sutura com a própria comunidade de Araras.

A biologia sintética, resumida pelo professor como um processo de corte e costura, é a construção de novos componentes biológicos partindo de sistemas que já existem, redesenhando – ou costurando – substâncias. A solução idealizada pelos pesquisadores combinou flavonoides (Kaempferol, Quercetin, Luteolin e Myricetin) presentes em árvores do cerrado como a Pata de vaca, Fava d'anta e Cagaita, com o peptídeo sintético Selera-2, com propriedades antioxidantes e antitumorais. Após longas análises, o grupo projetou circuitos genéticos utilizando uma bactéria para garantir produção em longa escala de forma sustentável e padronizada.

Olhando para dentro

A escolha do bioma nativo no projeto conversa com o desejo do SynBio. Arthur Coelho, estudante e membro, destaca que a exploração do cerrado – aqui, um termo conduzido de forma responsável para fins científicos – traz retorno para a comunidade e exalta a diversidade local. Isso levantou pontes com a população da comunidade que indicou, baseados em sua vivência, árvores que continham propriedades benéficas no tratamento da doença.

O AraraSun, que existe só em conceito – é necessário investimento para viabilizar o produto, enfatiza o grupo – só foi possível na troca humanizada e cuidadosa com quem tem a vida atravessada pelo XP e enfrenta alta sensibilidade aos raios ultravioleta (UV), o que aumenta, consideravelmente, o



Foto: Acervo pessoal/Divulgação

O clube de Biologia Sintética da UFG, composto por alunos dos cursos de Biotecnologia e Biomedicina, é a primeira equipe da instituição a participar da competição internacional

risco de desenvolvimento de cânceres cutâneos. Foram encontros online e presenciais para entender as necessidades e anseios dos portadores da condição, além de diálogo com médicos e dermatologistas, dentre eles, o professor Carlos Menck, especialista em XP da Universidade de São Paulo (USP). Além disso, os pesquisadores andaram lado a lado com representantes da comunidade, como Juliana Florese e a presidente da Associação Brasileira de Portadores de Xeroderma Pigmentoso (AbraXP), Gleice Machado.

Esse contato foi de suma importância para estabelecer o foco no tratamento terapêutico e preventivo do creme, no que tange aos tumores e mutilações que os portadores de XP sofrem, além do compromisso com a receptividade dessa população. Segundo Bianca Cornélio, discente membro do SynBio UFG, a comunicação entre os pesquisadores e o grupo de Araras sempre foi aberta e honesta. A desmistificação da doença, que não é contagiosa, foi um dos fios que impulsionaram o entrelace entre os grupos:

“Eles relataram que quando chegavam em hospitais (para os frequentes tratamentos), as pessoas ao lado se levantavam com medo de ser contagioso. Esse desconhecimento do que é a doença traz muito preconceito para a comunidade. A vergonha, os olhares, as atitudes da população. O comportamento da sociedade é uma barreira contra os portadores de XP”, conta Jaqueline Jacintho, do SynBio UFG, acerca dos diálogos trocados com Gleice Machado, da AbraXP, na elaboração do projeto.

Heróis locais

Vencidos todos os desafios que o grupo da universidade goiana travou, veio a grata surpresa: O segundo lugar na classificação geral da premiação aconteceu em de-

zembro do ano passado, e o primeiro lugar na área da saúde. Além do título em quatro categorias: Melhor Vídeo Promocional, Melhor Prática Integrada com a Comunidade, Heróis Locais e Melhor Circuito de Projeto Genético.

Sendo a primeira equipe da UFG a ter participado da competição que já existe há 20 anos, o grupo demonstra grande alegria com o sucesso e o protagonismo no avanço da biotecnologia. Eduarda Dias relata ter sido desafiador: “Ter um segundo lugar em uma competição internacional é muito importante. É muito gratificante ter essa posição e esperamos que nos próximos anos possamos ter mais prestígio ainda e desenvolver a biologia sintética na UFG, e consequentemente no Estado de Goiás”.

O futuro é de expectativas. Enquanto o grupo, formado por Jhenyfer Brachmann, Alexandre Santos, Jaqueline Jacintho, Arthur Coelho, Bianca Cornélio e a biotecnologista Eduarda Dias, coloca a Universidade Federal de Goiás no mapa da biologia sintética e anseia por voos ainda mais longínquos na busca de novos integrantes e continuidade, os próximos passos do AraraSun ultrapassa o alcance das linhas e costura do grupo: é preciso financiamento, público ou privado, para tirar a teoria do papel, fazer os testes necessários, e partir para a regulamentação e produção do creme. Mas uma coisa é certa: O AraraSun veio para reafirmar a ciência como grande aliada na busca e desenvolvimento de soluções para os desafios da saúde pública e na melhora das condições, qualidade e dignidade de vida. E é só o começo de uma história cerzida coletivamente.

IDIOMA ENQUANTO PONTE: ENSINO E ESTUDO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA POSSIBILITA EXPANSÃO E MERGULHO EM NOVAS VIVÊNCIAS

CENTRO DE LÍNGUAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ OFERECE CINCO MODALIDADES DE CURSOS; COM QUASE 200 ALUNOS, PROFESSORES DEFENDEM ENSINO DEMOCRÁTICO E O LEQUE DE POSSIBILIDADES QUE SE ABRE NA IMERSÃO EM OUTRO IDIOMA

Yasmin Ramos

Estudar uma nova língua abre portas e oportuniza acessos. Mas, para além dos anseios acadêmicos e profissionais, aprender um segundo idioma – quem sabe, até um terceiro –, exercita o cérebro, fomenta a curiosidade e o senso crítico, e possibilita um mergulho que vai além do verbo ‘to be’, segundo os professores do Centro de Línguas (CL) da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Concebido em 1996 para oportunizar práticas de ensino aos discentes de cursos de licenciatura, o CL é um projeto de extensão que visa o ensino a baixo custo para a sociedade e a troca cultural possibilitada na imersão em um outro universo gramatical, fonético, gestual e visual.

São 5 cursos – inglês, francês, espanhol, libras e redação –, 14 professores e quase 200 alunos matriculados no segundo semestre de 2023, conforme explica o professor Humberto Borges, coordenador geral do programa. De acordo com ele, os materiais de apoio usados em sala de aula, como apostilas, não são o único método de ensino: eventos como Fête de la Musique, do francês festa da música, e o Halloween, são janelas que permitem uma visão mais ampla da língua, abordando os costumes e cultura dos países falantes de cada idioma.

Mergulho no novo

Mergulhar em um novo mundo de possibilidades é também se desafiar. Conhecer um idioma – e sua cultura – é adentrar um universo de símbolos e organizações próprias. Vivenciando a Língua Brasileira de Sinais há 20 anos, a professora Érica Ferreira, também coordenadora do curso de Libras no CL, cita o choque cultural dos ouvintes na língua expressa pelas mãos e olhos:



Foto: Divulgação

Centro de Línguas da UFJ existe há 28 anos e conta com quase 200 alunos por semestre

“Quando você começa a fazer, sente muita dor nas mãos pois não está acostumado a falar (com as mãos). Você fica com vergonha de expor o corpo porque nossa cultura tem esse pudor. Na Libras, em alguns momentos parece que você está expondo muito o corpo, parece até obsceno, e isso é uma coisa apenas na cabeça do ouvinte, o surdo não vai pensar dessa forma”.

Na medida em que é necessário se despir de certos incômodos e se afastar da zona

de conforto, é importante, também, abordar uma nova língua reconhecendo os aspectos locais e político-identitários. Na visão do professor Carlos Eduardo, coordenador pedagógico de Inglês no projeto, a língua inglesa oportuniza acessos, porém trabalhar o ensino decolonial é indispensável, e isso implica em questões como o sotaque, por exemplo:

“Quando a gente fala de inglês, falamos muito “inglês britânico ou americano?”, sendo que, na verdade, quando não somos nativos, soar como nativo é uma tarefa muito difícil. Quem soa como nativo é quem é de fato nativo. Eu trabalho essas questões dentro de sala de aula para tentar não forçar ou fazer com que os nossos alunos percam as suas identidades enquanto falam esse idioma”.

E se o “biquinho” do francês for difícil para você, interessante mesmo é buscar outras línguas que estimulem e acendam a curiosidade do conhecimento, revela Danyllo Martins, professor de Francês. Articular um idioma com a sua vivência é costurar a identidade com a possibilidade de outras infindáveis narrativas. Quem expressa um “olhão daquele tamanho” ao ouvir um bonjour na primeira aula, lembra com satisfação o professor Danyllo, ao fim de semestre compartilha sua sensibilidade em uma redação inteiramente em francês, provando que vivenciar uma nova língua é, além de tudo, a criação de novos vínculos: “o próprio idioma cria uma ponte”.



Foto: Divulgação

O plano de ensino inclui atividades dinâmicas que permitem uma maior visualização da cultura e costumes de cada idioma

CENÁRIO DA PESQUISA E CIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES AINDA É TORTUOSO, MAS O CLIMA É DE ESPERANÇA

PERSPECTIVAS PARA 2024, AINDA NA SOMBRA DO DESMONTE E PERSEGUIÇÃO DO GOVERNO ANTERIOR, É DE REORGANIZAÇÃO DE INVESTIMENTO E MAIORES ESFORÇOS EM DIFUNDIR O CONHECIMENTO ACADÊMICO

Yasmin Ramos

Em janeiro de 2023, no Palácio do Planalto, na abertura de evento com reitores de universidades e dos institutos federais de ensino e no embalo de um novo governo que tem como premissa um Brasil com mais união, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou: “Estamos começando um novo momento, sei do obscurantismo que se viveu nos últimos 4 anos, e eu quero dizer que estamos saindo das trevas para voltar à luminosidade de um novo tempo”.

O que se seguiu anterior à fala do presidente foi um solo infrutífero e cruel: obscurantismo, ataques às universidades públicas, à pesquisa e à educação no país, e um movimento anti-ciência cada vez mais fortalecido. Em meio ao corte de verbas e ataques contra a autonomia e liberdade das Universidades, o governo Jair Bolsonaro – ainda atravessado pela pandemia da Covid-19 – ficou marcado como uma era de inquietação e barbárie.

Na voz da professora e pesquisadora de História da Universidade Federal de Jataí (UFJ), Renata Nascimento, o cenário foi de desmanche: “precarização do trabalho docente, burocratização excessiva, além da campanha de desmoralização e negação da ciência promovida pela extrema direita. O pouco investimento tinha como agenda o desmantelamento da ciência e da educação no país, bem como uma tentativa de silenciamento e controle do pensamento e das ações (da universidade)”.

Faltou luz em algumas universidades – de forma literal, entre 2019 e 2022 universidades públicas em todo país estavam sob o risco de corte de luz, água e a total paralisação –, e hoje, a perspectiva é, segundo os mais otimistas, de esperança. Se durante os quatro anos da gestão Bolsonaro, o orçamento das universidades federais caiu 14%, como apontaram pesquisadores da Unifesp, em 2023, já no governo Lula, o cenário foi de reorganização e suplementação orçamentária, com incremento de R\$ 2,44 bilhões do Ministério da Educação (MEC) à verba destinada a universidades e institutos federais.

Para 2024, o desafio orçamentário ainda persiste: Houve uma queda de 310,4 milhões em relação ao ano anterior, mas os órgãos de fomento à pesquisa como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) tiveram crescimento no investimento. Mesmo com adversidades ainda a serem superadas, a possibilidade do diálogo e da volta da valorização da ciência retoma o que havia sido ceifado dos pesquisadores do Brasil: a fé no futuro.

O cenário da pesquisa é ambivalente: Enquanto as dificuldades orçamentárias – que incluem bolsas, políticas de acesso, e investimento em recursos pedagógicos e estruturais – configuram um empecilho no avanço da ciência nas universidades, é possível dizer que o obscurantismo é uma página virada no Brasil. Localmente, a professora da Escola de Engenharia Civil e Ambiental (Eeca) e pró-reitora de Pesquisa e Inovação (PRPI) da Universida-

de Federal de Goiás (UFG), Helena Carasek, relata que um contratempo notável é a redução da procura em programas de mestrado – o que ela atribui a fatores fenomenais como a pandemia, mas além:

“A gente precisa de estudantes que queiram ser pesquisadores, e para isso tem que aumentar o número e valores de bolsas. Eu acho que passa também por preparar melhor os estudantes para os novos desafios, inclusive para a parte ligada à inovação, ao empreendedorismo. Trabalhar em nível: Mais na base, com a iniciação à pesquisa científica e tecnológica, para que possamos começar essa formação dos futuros cientistas”, diz.

Formando cientistas

O grupo interdisciplinar de atenção à saúde da mulher e materno-infantil, coordenado pela professora Fernanda Vieira Rodvalho, docente e vice-coordenadora do curso de Medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCat), é uma iniciativa pensada em conjunto. Construída somente no ano passado, a equipe conta com 10 professores de diversas áreas, como ginecologista, pediatra, psiquiatra, médico da família, clínico geral, pneumologista, enfermeiro, farmacêutico, biólogo, e 7 alunos no estudo, levantamento de dados, e desenvolvimento de pesquisa e iniciação científica acerca da situação de saúde e cuidados à mulher e a assistência à população LGBTQIAP+ no Estado de Goiás.

Mas para o florescimento pleno do recente grupo – de extrema importância na proposição de ações embasadas em evidências para a melhoria do sistema público de saúde, em conversa com a finalização do hospital regional de ensino e assistência em Catalão – é necessário investimento. Conforme cita a professora Fernanda, o apoio financeiro garante que os novos pesquisadores não “demorem muito a chegar onde os outros estão”.

A docente concorda que falta incentivos, sejam financeiros ou materiais, aos estudantes que pensam a pesquisa como campo de atuação:

“Temos necessidade de computadores que estejam disponíveis aos estudantes, de sistemas de estatísticas, mas, no geral, no Brasil isso é algo natural que ocorra (a falta de investimento) e não é um problema só da nossa universidade. Eu acho que faltam incentivos para jovens pesquisadores. Isso é uma perspectiva geral, de qualquer universidade pública”.

Na UFG, como cita a professora Helena Carasek, duas questões são articuladas na instituição para superar os desafios da pesquisa: a ciência aberta – movimento que visa tornar o conhecimento científico aberto e difundido à comunidade – e o fomento da estrutura física de centros de pesquisa e tecnologia, além de bolsas oferecidas aos estudantes. O número e a atuação de laboratórios para atender às pesquisas é um outro ponto a se pensar, comenta.



Foto: Acervo pessoal

Docente e pesquisadora de História da UFJ, Renata Nascimento, elucida que a pesquisa e ciência é de extrema importância na garantia da memória e da produção de conhecimento

Re(fazendo) a pesquisa no Brasil

Entre as professoras o pensamento é unânime: a pesquisa, ciência e tecnologia são indispensáveis não só para a formação de discentes e a movimentação da academia, mas para o progresso da sociedade. Para (re)fazer a pesquisa no país é preciso relembrar a história e se fortalecer. A professora Renata, com um currículo extenso em pesquisas nas Ciências Humanas, frisa a importância da ciência para área: “A produção do conhecimento histórico é fundamental no enfrentamento dos problemas conjunturais brasileiros, explicando suas heranças, violências e distorções”.

A importância do investimento nos programas de pesquisa, e também nas Universidades, se faz na garantia da formação adequada de estudantes, e das mais diversas e importantes descobertas no campo da ciência e do avanço da tecnologia. Retomar o que antes havia sido deixado nas sombras é não permitir jamais que a ciência seja tirada de quem ela pertence: a humanidade.

A EXPLOSÃO DA PRÁTICA DE GOLPES VIRTUAIS

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2023 demonstrou que o número de estelionatos no país mais que quadruplicou nos últimos anos. Segundo o relatório, só no ano de 2022 foram constatados quase cinco mil golpes por dia ou, para ser mais específico, 208 golpes registrados por hora no país. Frisa-se que estamos falando apenas de ocorrências registradas formalmente, ou seja, o número real provavelmente é bem maior do que se tem conhecimento. Ainda assim, o registro formal é suficiente para trazer à tona a dimensão do problema.

É preciso entender que os golpes virtuais financeiros no país, em sua grande maioria, não possuem grande sofisticação tecnológica (o que não quer dizer que não existam golpes sofisticados, mas que ocorrem em uma porcentagem menor), mas usam e abusam de engenharia social, ou seja, os criminosos enganam os usuários que acabam realizando transações financeiras ou repassando dados sigilosos que, por óbvio, se soubessem a exata finalidade do ato não o fariam. Logo, o principal meio utilizado pelos falsários é o “phishing”, o ato de “fisgar” a vítima, seja por e-mails, ligações, SMS ou redes sociais.

A armadilha pode ser um link para puxar dados ou instalar vulnerabilidades, mas também pode ser uma história bem convincente que faz a vítima diante de uma situação de urgência

ou grande oportunidade acabar não percebendo que se trata de um golpe. Se bem-sucedido no seu intento criminoso, o golpista leva a vítima a grandes prejuízos financeiros e, por consequência, gera na parte prejudicada toda a aflição, angústia e intranquilidade emocional de quem passa pela terrível situação, muitas vezes comprometendo recursos de uma vida de economia e privação.

O funcionário público, infelizmente, é uma das profissões mais visadas pela criminalidade, pela publicidade de dados e informações que é própria desse tipo de servidor e da facilidade na tomada de créditos para viabilizar as transações realizadas no golpe. A boa notícia é que a melhor forma de evitar os golpes ainda é a prevenção e a cautela do usuário. Certo que a prevenção vai desde a criação e guarda de senhas até a vigia constante das novas modalidades de golpes que surgem com certa frequência na sociedade.

Bom lembrar que em alguns casos de golpes exercidos por terceiros de má fé, há sim responsabilidade das instituições financeiras. Aliás, não se ignora que são estas instituições que desenvolvem atividades de alto risco, como exemplo da venda facilitada de seus produtos/serviços no ambiente virtual, tudo em busca de lucratividade maior, logo, também se espera, como de outra forma não poderia ser, uma responsabilidade

proporcional ao risco do negócio desenvolvido, com a criação de mecanismos e sistemas que garantam a segurança do usuário.

Diante do problema crescente, foram exigidos dos poderes da república soluções urgentes, sobretudo, para retirar as instituições financeiras da inércia cômoda em que se encontravam, pois fecharam centenas de agências, demitiram milhares de funcionários e forçaram que o consumidor fosse para suas plataformas digitais, sendo que o mínimo esperado era contar com a devida segurança. O poder executivo vem contribuindo por meio de políticas públicas como o recém-criado programa “celular seguro”, assim como também por regulações normativas, a exemplo das regulações emitidas pelo Banco Central em nível operacional para as instituições financeiras. O poder legislativo, que já tinha a seu favor a importante e sempre atual legislação consumerista, também tem apresentando propostas legislativas para se combater e prevenir os crimes virtuais. Não diferente, o poder judiciário vem contribuindo com precedentes importantes sobre a responsabilidade civil das instituições financeiras em casos de golpes financeiros, inclusive, com recentes decisões do Super



Elias Menta,
Advogado, assessor
jurídico do
Adufg-Sindicato



Jean Carlos,
Advogado,
especialista em
Direito Cibernético

rior Tribunal de Justiça (STJ).

Assim, a regra de ouro é a prevenção. A orientação é sempre desconfiar de histórias que levam a pedidos de transferências financeiras ou dados, e evitar clicar/acessar qualquer link de proveniência duvidosa. Ademais, por cautela é preciso desconfiar sempre de pedidos de transferência de numerários, sobretudo caso haja a percepção de urgência ou grande oportunidade no caso concreto, ou seja, que se está forçando a agir nessas situações por impulso ou por forte emoção. Neste momento o melhor é parar e refletir, executando ordens e operações apenas com absoluta certeza do destinatário, valor e que realmente se quer proceder daquela forma.

Caso o golpe tenha acontecido, é recomendável que imediatamente se procure a instituição financeira para contestação das transações e, ainda, registrar os fatos ocorridos para autoridade policial, visando que a mesma apure a prática delituosa e, em caso de negativa da devolução dos valores, é também recomendável a procura de advogado(a) de confiança da vítima para análise das circunstâncias do golpe e eventuais outros caminhos a serem percorridos, dependendo da análise do caso concreto.



INFORME JURÍDICO

ENTENDA A LEGALIDADE DA PROGRESSÃO DOCENTE MÚLTIPLA

Um parecer aprovado pela Advocacia-Geral da União (AGU), no ano passado, permitiu a volta da progressão funcional dos professores federais em mais de um nível. São as chamadas progressões múltiplas. O documento revê uma interpretação da lei – adotada anteriormente pela

AGU -, que indicava, além da necessidade do cumprimento do interstício de 24 meses, a aprovação do parecer da banca avaliadora de desempenho para só então os efeitos valerem.

O equívoco trazia inúmeros prejuízos financeiros para os professores e de perda de contagem de tempo para o início do novo ciclo de avaliação. Agora, o novo entendimento parte do pressuposto de que a avaliação tem natureza declaratória, de modo que o direito à progressão não se dá com o fim da análise das atividades realizadas a cada 24 meses, mas no momento

em que os docentes atendem aos requisitos. O assunto é abordado pelo advogado Igor Escher, no programa Jurídico Responde.

De acordo com o advogado Igor Escher, da Assessoria Jurídica do Adufg-Sindicato, o parecer evita que os professores sejam prejudicados, já que, mesmo que a Administração Pública não conclua de imediato a avaliação de desempenho, os efeitos da progressão funcional não ficam condicionados ao encerramento do procedimento avaliatório.

A revisão do entendimento decorre de uma

provocação da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da AGU, após realização de um estudo sobre o tema no âmbito do Poder Judiciário. A Subprocuradoria Federal de Contencioso da PGF identificou cenário bastante desfavorável à manutenção da tese então vigente, somada à judicialização da controvérsia nos tribunais.

Após articulação da Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica da PGF com as consultorias jurídicas junto aos ministérios da Educação e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

CONAE APROVOU DOCUMENTO COM PROPOSTAS PARA O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

TEXTO FINAL SERÁ ENTREGUE PELO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI A SER ENVIADO AO CONGRESSO NACIONAL

Rafael Vaz

Representantes de vários segmentos educacionais e setores sociais, incluindo entidades que atuam na educação e em órgãos do poder público, participaram, de 28 a 30 de janeiro, em Brasília, da Conferência Nacional de Educação (Conae). Com o tema “Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, o evento avaliou os problemas e as necessidades educacionais do País, visando à elaboração de novas metas e estratégias para a superação das desigualdades e garantia do direito à educação de qualidade para todos.

O Documento Final da Conae, fruto da discussão entre delegadas e delegados que participaram da etapa nacional, será entregue pelo Fórum Nacional da Educação (FNE), ao Ministério da Educação, ainda em fevereiro, dando subsídios para o Projeto de Lei a ser enviado ao Congresso Nacional. A expectativa é que o projeto do novo PNE seja discutido amplamente no Parlamento, com a participação de toda a sociedade civil e da comunidade acadêmica.

Diretores do Adufg-Sindicato e da Proifes-Federação participaram das discussões realizadas pelo Conae. A diretora de Assuntos Interinstitucionais, professora Geovana Reis, foi uma das palestrantes do colóquio 14, que teve como tema “Privatização da educação: desafios e estratégias de luta para o próximo decênio”. Segundo ela, a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade está ligada à regulamentação do ensino privado, com foco na valorização dos profissionais e nas melhores práticas de aprendizado. “É preciso lutar por mudanças na legislação para garantir uma prática de educação realmente transformadora. Educação é direito, não é mercado-



Foto: Divulgação

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que o governo atuará para fazer da docência uma profissão atraente

ria”, afirmou.

O diretor administrativo do Adufg-Sindicato e vice-presidente da Proifes-Federação, professor Flávio Silva, também esteve presente. “Acompanhamos atentamente todas as discussões e esperamos que o PNE passe, de fato, a vigorar”, declarou. O 2º vice-presidente do Adufg, professor Luís Continim, que foi eleito delegado na etapa estadual do Conae, participou dos debates. “A Proifes teve delegados em todos os eixos temáticos. Tenho certeza que o documento que foi construído será referência popular e acessível”, destacou.

As contribuições ao novo Plano Nacional de Educação têm sido debatidas desde setembro de 2023, nas conferências estaduais,

municipais e distrital, até chegar à etapa nacional. Algumas propostas já estavam no antigo PNE e foram renovadas, como a universalização da pré-escola a partir dos 4 anos; a ampliação, em três vezes, das matrículas da educação profissionalizante no Ensino Médio; a adoção dos padrões de qualidade para a educação a distância (EaD) no Ensino Superior; e o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.

Autoridades

Diversas autoridades marcaram presença na Conae. Entre elas, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que prestigiou professores, estudantes e os demais participantes no encerramento do evento. “A gente sabe que, para a educação dar certo, é preciso envolver a comunidade. Os professores precisam ganhar um salário digno, de acordo com a importância da sua profissão. Faremos todos os sacrifícios necessários para que a docência volte a ser uma profissão atraente, para que nossos jovens queiram ser professores”, garantiu o chefe do Executivo.

O ministro da Educação, Camilo Santana, também participou da conferência. “Talvez seja a mais importante missão da minha vida, de servir o meu país. Um desafio tão grande pela desigualdade que esse país tem. Queremos um Plano Nacional de Educação com equidade, inclusão e diversidade”, disse. O ministro ainda ressaltou que “ninguém constrói política pública sem diálogo” e que, por isso, sua gestão do Ministério da Educação (MEC) recriou comissões temáticas sobre educação especial, ambiental, indígena e quilombola, que haviam sido extintas no último governo.



Foto: Divulgação

Adufg-Sindicato e Proifes-Federação participaram das discussões para o novo Plano Nacional da Educação

A PRÁTICA QUE UNE BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL: ESPAÇO SAÚDE DO ADUFG-SINDICATO OFERECE AULAS DE YOGA AOS FILIADOS E SEUS DEPENDENTES

A MODALIDADE, QUE PROPÕE UMA VIDA MAIS PLENA E HARMÔNICA, É UMA DAS VÁRIAS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A SAÚDE E BEM-ESTAR QUE A ENTIDADE SINDICAL DISPONIBILIZA

Yasmin Ramos

A prática que une o bem-estar mental, físico, emocional e espiritual na jornada para uma vida mais harmônica e livre de estresse: A Yoga, técnica indiana milenar, propõe um estado mental de flutuação e plenitude por meio dos exercícios respiratórios, posturas e meditação. Quem visita a sede administrativa do Adufg-Sindicato, em Goiânia, e passa pela Sala Multiuso 1 do espaço, contempla o instrutor Isaac Freire dando os passos aos professores e professoras filiadas que buscam os benefícios da prática – que vão do aumento da concentração, força e resistência ao alívio de dores.

As aulas são ministradas às segundas e quartas-feiras, das 18 às 19 horas, e às terças e quintas-feiras, das 8 às 9 horas, na entidade sindical. A aula experimental é gratuita. Para maiores informações sobre as modalidades oferecidas pelo Espaço Saúde do Adufg-Sindicato, entre em contato pelo número (62) 3202-1280 ou pelo Whatsapp (62) 99998-1608.



Foto: Nilma Ayumi / Adufg-Sindicato

Espaço Saúde do Adufg-Sindicato oferece modalidade indiana milenar que tem como premissa o estado físico e mental pleno

AGENDA

Retomada das aulas de Ritmos



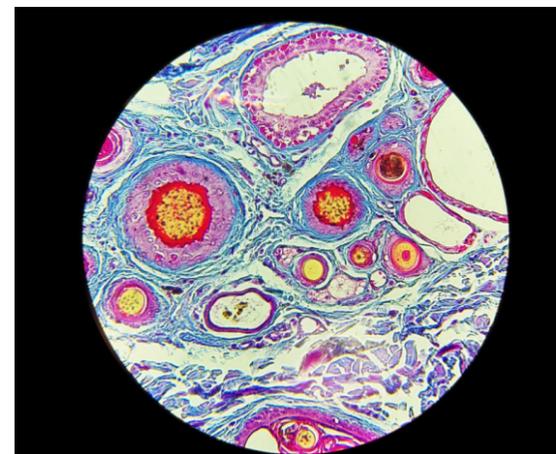
Após o recesso de fim de ano, as aulas de Ritmos do Espaço Saúde do Adufg-Sindicato foram retomadas. Modalidade das mais populares entre os professores, a atividade trabalha na diminuição do estresse, aperfeiçoamento dos movimentos, correção da postura e fortalecimento da musculatura, além da melhora da função cardiorrespiratória e desenvolvimento da coordenação motora. As aulas são ministradas às terças e quintas-feiras, das 9h às 9h45. Para maiores informações, entre em contato pelo número (62) 3202-1280 ou pelo Whatsapp (62) 99998-1608.

Sextart



A primeira edição do Sextart em 2024 tem data marcada: O evento acontece no dia 22 de março no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde do Adufg-Sindicato, em Goiânia. Com entrada gratuita para sindicalizados e seus dependentes, o Sextart contará com atrações musicais, cardápio com churrasco, caldos, opção vegetariana e sobremesa; além de sucos, refrigerantes, água com gás e cerveja. Para participar do evento, é necessário se inscrever previamente em formulário divulgado pelo sindicato. Para mais informações, entre em contato pelo número (62) 3202-1280.

Exposição de Fevereiro



O Adufg recebe a exposição 'Do micro à Arte', de organização de Mara Rubia Marques e Cristina da Costa Krewer Mascioli. Do dia 1º ao dia 29 de fevereiro, as fotografias obtidas por estudantes de graduação e de pós-graduação da UFG, e outras instituições de ensino superior, estarão à mostra de forma gratuita na 9ª avenida, nº 193, no setor Leste Vila Nova, em Goiânia. Obtidas a partir de lâminas histológicas, as imagens demonstram como a tecnologia pode trazer grande contribuição aos processos de ensino e aprendizagem.

SABERES ORIGINÁRIOS: DIVERSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS COMO FORMA DE CONHECER E APREENDER O MUNDO

PROFESSOR ELIAS NAZARENO COMPARTILHA DÉCADAS DE ESTUDOS E ATUAÇÃO SOCIAL LIGADOS A ESSAS POPULAÇÕES

Guilherme de Andrade

Foto: Nilma Ayumi / ADUFG-Sindicato



O docente relembra com carinho a atuação da falecida professora Maria do Socorro Pimentel da Silva, uma das criadoras do curso de Educação Intercultural na UFG.

“Passei minha vida inteira, praticamente, sem saber que eu havia nascido em uma cidade ao lado dos povos Tapuias”, explica, o hoje pós-doutor em Sociologia e especialista em povos indígenas da UFG, professor Elias Nazareno. No presente, o docente do curso de Educação Intercultural comemora a coincidência. “Do ponto de vista acadêmico, a coisa que mais marcou minha vida foi o início do trabalho com as populações indígenas”, sintetizou.

A cidade a qual o professor se refere é Rubiataba, que fica no norte goiano, região do Vale do São Patrício. Foi nesse município onde nasceu Elias Nazareno, em 1962, único filho goiano de um casal de mineiros, o mais novo de 16 irmãos. No ano seguinte ao seu nascimento, sua família se mudou para Brasília. “A gente morava, essa família toda, 14 ou 15 pessoas, numa casa de 70 m²”, compartilhou. Lá, Elias concluiu os estudos de formação básica e logo em seguida se mudou para Goiânia.

Em 1985, foi aprovado no vestibular da então Universidade Católica de Goiás. Conciliou um emprego e os estudos em História até o início da década de 90, quando se graduou. Se dedicou à iniciativa privada por um tempo, e logo veio a aprovação em um mestrado em Brasília. Defendeu, em 1995, a tese sobre o ressurgimento do movimento sindical em Goiás na década 80.

Durante todo esse período, Elias se envolveu com o movimento estudantil e outros movimentos sociais. “Para mim, o mais importante, muito além da questão acadêmica, é essa participação nesses movimentos políticos”, afirmou orgulhoso ao compartilhar parte de sua atuação.

Ainda enquanto estudante, foi presidente do Centro Acadêmico de História, se envolveu com o movimento que levou ao impeachment de Fernando Collor, foi assessor parlamentar do PT, e também atuou junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST).

“Eu ter vivido esse período, pra mim, é algo que não dá para

descrever em palavras o quanto isso é importante”, afirma ao se referir à efervescência político-cultural da década de 1980 no Brasil.

Espanha

No final de 1998, o professor Nazareno conseguiu uma bolsa CNPQ para fazer um doutorado em Sociologia na Universidade de Barcelona. Na Espanha, pesquisou processos de integração na América Latina. Defendeu sua tese em 2003, ganhando in-

clusive o prêmio de tese do ano da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais. “Um estrangeiro escrevendo em língua espanhola e recebe o prêmio, foi muito gratificante para mim”, comemora.

Após uma temporada atuando como professor da rede particular no Brasil, Elias retornou para Barcelona para um pós-doutorado, ainda trabalhando a questão da integração na América Latina.

Foi só no ano de 2009,

com o movimento de expansão da rede pública de universidades no Brasil, com o Reuni do segundo governo Lula (PT), que Elias retornou ao país natal, prestou concurso e se tornou professor da UFG, atuando no curso de Educação Intercultural e nas pós-graduações da Faculdade de História.

Povos Indígenas

Sob as tendas do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, o docente fala sobre a importância do trabalho com as populações originárias em sua vida.

O professor provoca: “Em 1532, no Brasil, havia cerca de 1300 povos indígenas, 1300 línguas. Hoje temos pouco mais de 315 povos com 274 línguas. Imagina o tamanho da riqueza desses povos”.

Quando questionado sobre o que aprendeu com os povos indígenas, para além do conhecimento acadêmico, o docente fala justamente sobre essa riqueza. “Existem centenas, milhares de outras possibilidades de entendimento da realidade, de manejo do mundo, que são muito diferentes da nossa, e por isso mesmo são muito ricas”, afirmou logo antes de complementar dizendo que “o que é mais importante do ponto de vista do aprendizado é entender ou ter acesso a essa pluriversalidade”.

Nos anos que se seguiram, vieram outras duas formações pós-doutorado, essas no Brasil. Ambos estudos estiveram ligados ao campo de pesquisa dos povos indígenas.

Atualmente, o professor Elias Nazareno é coordenador do comitê dos povos Javaé e Karajá no curso de Educação Intercultural, além de coordenar o programa de pós-graduação em História. Os projetos tocados pelo docente abordam temas como “saúde indígena e o bem viver” e também “as percepções desses povos sobre os conceitos de história, lugar e corpo”.

Elias conclui a entrevista dizendo que “quero terminar meus dias pesquisando, trabalhando com os povos indígenas”.